

23 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

# Justiça manda fechar pedágio de Jacarezinho e baixar tarifas em 26,75%

Decisão, em ação movida pelo MPF, também bloqueia R\$ 1 bilhão da Econorte e suas controladoras e dá prazo para início das obras do Contorno Norte de Londrina

Fernanda Circhia  
Reportagem Local

A Justiça Federal determinou neste quinta-feira (22) o fechamento da praça de pedágio da concessionária Econorte em Jacarezinho, a redução em 26,75% das tarifas em outras praças da concessionária, o início em 30 dias da construção do Contorno Norte de Londrina e o bloqueio de R\$ 1 bilhão da empresa e suas controladoras. A decisão é do juiz Rogerio Dantas Cachichi em ação movida pelo MPF (Ministério Público Federal) com o apoio do Governo do Estado. Com a decisão, é retomado o contrato original das obras assinado entre a concessionária e o DER (Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná) em 1997.

O juiz afirma que devido aos fatos citados nas duas fases da Operação Integração, que apura irregularidades na

execução dos contratos de pedágio das rodovias federais do Paraná, há fortes indícios de existência de esquema de corrupção, o qual teria começado em 1999, segundo o MPF.

“Em consequência, deve ser determinada a imediata desinstalação da praça de pedágio de Jacarezinho, a redução imediata das tarifas praticadas nas praças de arrecadação da Econorte em 26,75% e a imediata retomada do cronograma original das obras da concessão, incluso o Contorno Norte de Londrina”, ressaltou o magistrado. Ou seja, as cancelas deverão ser abertas de imediato.

Procurada pela reportagem, a concessionária Econorte afirmou em nota que a decisão “foi proferida sem que fosse dada oportunidade de prévia manifestação da concessionária, que ainda não foi intimada da decisão ou citada na Ação Civil Pública”. Além disso, a nota

destacou que a praça de pedágio de Jacarezinho continua em operação normalmente. “Assim que tomar conhecimento da decisão, adotará todas as medidas legais e judiciais cabíveis.”

Desde o início de outubro, as seis concessionárias de pedágio do Paraná estão sob intervenção administrativa por determinação da governadora Cida Borghetti. A ação busca assegurar o repasse de toda e qualquer informação. A intervenção foi recomendada pela CGE (Controladoria Geral do Estado) e PGE (Procuradoria Geral do Estado), após apurações divulgadas pela Operação Integração II.

**CONTINUA**

23 NOV 2018

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

### EXAGEROS

Para o deputado estadual Tercilio Turini (PPS), a decisão da Justiça é fundamental neste momento. “Não só para corrigir os exageros, que são muitos, mas também para determinar a construção do Contorno Norte de Londrina.” “Quando foi feita a concessão há 21 anos, a praça de pedágio não seria em Jacarezinho, mas sim em Andirá. No entanto, a concessionária junto com o governo da época mudaram várias ações que tramitaram na ocasião. Em função disso, infelizmente, muitos anos depois vem o juiz corrigir uma coisa errada que foi feita em relação aos pedágios ao longo dos anos. E mesmo com a redução de 26,75% ainda é um valor muito alto. Essa questão é o maior imbróglio que nós temos. O que era um sonho há 21 anos, se tornou um grande pesadelo”, explica o deputado.

“Na ocasião, várias obras que estavam previstas no início da concessão foram jogadas para o fim, que foi o caso do Contorno Norte de Londrina, que esperávamos a construção nos primeiros cinco anos da concessão. Mas somente agora a Justiça corrigiu. E embora seja uma decisão liminar, esperamos que não tenha nenhum juiz em segunda instância que derrube a liminar para que

possamos assistir a construção do contorno e a duplicação da BR-376”, ressalta. “Até porque esse pedágio de valor alto impede que empresas se instalem na região Norte do Paraná”, acrescenta.

Além disso, Turini encaminhou um pedido de informações para a Agepar (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná) questionando se haverá reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de dezembro deste ano, como já ocorreu em outros anos. No entanto, conforme o deputado, após três semanas do pedido, ainda não obteve retorno.

23 NOV 2018

# FOLHA DE LONDRINA

## Substituta de Moro

### deve continuar

# à frente da Lava Jato até abril

São Paulo - A juíza Gabriela Hardt, 42, que substituiu interinamente Sergio Moro na 13ª Vara de Curitiba e herdou os processos da Operação Lava Jato, deve continuar à frente dos trabalhos até o final de abril. A informação consta em despacho assinado pela juíza e publicado na noite de quarta-feira (21) na ação penal sobre o sítio em Atibaia (SP), no qual o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é um dos réus.

No despacho, a juíza transcreveu comunicado do corregedor Ricardo Teixeira do Valle, do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), que a define como substituta de Moro no processo - sua designação era questionada pelo ex-presidente e sua defesa. "Não há necessidade de oficiar à Egrégia Corregedoria, pois esta magistrada foi designada para responder pela titularidade plena da 13ª Vara Federal de Curitiba no período de 19/11/2018 a 30/04/2019, segundo comunicação recebida no dia 19/11/2018 na caixa de correio eletrônico desta unidade, sendo portanto a responsável pela tramitação dos feitos relacionados à Operação Lava Jato até 30/04/2019 ou até ulterior designação".

No processo, Lula é acusado de ter sido beneficiado indevidamente com reformas de R\$ 1,02 milhão das empreiteiras Odebrecht e OAS em imóvel frequentado por ele e por sua família na cidade do interior paulista.

No mesmo documento, Hardt estabelece os prazos para as alegações finais das partes envolvidas no processo após a fase de interrogatórios, que começa em 30 de novembro e vai até 7 de janeiro.

Com isso, a sentença sobre o ex-presidente só será conhecida no ano que vem, ainda sem data definida. Ela pode ser proferida pela própria Hardt ou por um outro juiz que venha a ser designado para o posto.

A juíza Gabriela Hardt se formou pela Universidade Federal do Paraná, onde Moro dava aulas, e é juíza federal substituta desde 2009.

23 NOV 2018

# FOLHA DE LONDRINA

## Moro acerta em mirar patrimônio de criminosos

**A**ida do ex-juiz Sérgio Moro para o Ministério da Justiça, aceitando o convite do presidente eleito Jair Bolsonaro, dividiu opiniões e gerou polêmica. Se para alguns, a escolha prestigiou o trabalho do paranaense à frente da Lava Jato, para outros a opção pela carreira política demonstrava parcialidade da operação. Passados vários dias do convite, essa polêmica perdeu força e ganhou espaço a formação da equipe que ajudará Moro a tocar uma das pastas mais importantes do novo governo, o superministério da Justiça, que incluirá também o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, o Coaf, órgão que antes estava vinculado ao Ministério da Fazenda.

Todos têm consciência dos prejuízos que a corrupção causa, uma praga enraizada no País desde o período colonial. São práticas criminosas que vêm se repetindo no sistema político, causando indignação, constrangimento ao povo, além de contribuir para o aumento da pobreza, da desigualdade social, do atraso nos índices de desenvolvimento social e econômico.

Diante desse cenário e da necessidade de que o governo federal realmente mostre determinação em combater os famosos “crimes do colarinho branco”, foi muito bem recebida a indicação dos primeiros nomes que vão compor a equipe do ex-juiz federal de Curitiba. Tudo indica que Moro vai levar para Brasília o trabalho realizado contra o crime de lavagem de dinheiro, mirando as organizações criminosas. O superministério da Justiça deverá continuar com a estratégia que deu certo na Lava Jato, de focar o patrimônio dos criminosos.

Pessoas importantes da pasta de Moro têm experiência nessas áreas. É o caso do atual superintendente da Polícia Federal do Paraná, Maurício Valeixo, que será o futuro diretor-geral da PF, e da delegada Érika Marena, que ficará à frente do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional.

Os 20 anos de magistratura serão importantes na implantação de projetos relevantes para a pasta, principalmente aqueles que vão propor mudanças nas leis vigentes. São essas alterações e uma postura rígida contra os crimes de desvio de dinheiro público que poderão ajudar o Brasil a não voltar aos velhos padrões de impunidade, tão presentes no País antes da Lava Jato.

23 NOV 2018

## JORNAL DO ÔNIBUS

### TJ julga apelação da defesa de Carli Filho no dia 29

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná julga na próxima quinta-feira, 29, a apelação da sentença que estabeleceu pena de prisão de 9 anos e 4 meses por homicídio com dolo eventual ao ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho. A condenação por júri popular foi sentenciada em fevereiro. Carli Filho foi responsabilizado pelas mortes de Carlos Murilo de Almeida e Gilmar Rafael Yared em uma colisão de trânsito em 2009. O ex-deputado estava bêbado e em alta velocidade.

A apelação que será julgada na semana que vem questiona se o julgamento foi justo, obedecendo as regras do Direito, e se o cálculo da pena foi adequado. A culpa não está em julgamento. O principal ponto dessa apelação será a dosimetria da pena. O promotor Paulo Sergio Marcoviz de Lima explica que enquanto o recurso do Ministério Público pediu para aumentar para 14 anos, a defesa de Carli Filho pediu redução para 7 anos.

Caso a pena caia para menos de 8 anos de prisão, Carli Filho teria direito ao regime semiaberto (passar o dia em liberdade e dormir em uma unidade prisional). Contudo, no Brasil, devido ao baixo número de vagas disponíveis no semiaberto, há preferência para destinar esses espaços para quem ganha o direito à progressão de pena. ■

# JORNAL DO ÔNIBUS

## Chapa de Cássio Telles vence eleição na OAB do Paraná

23 NOV 2018



A nova diretoria: Alexandre Salomão, Rodrigo Rios, Marilena Winter, Cássio Telles, Chrystyanne Bortolotto, Fabiano Baracat e Henrique Gaede

## Chapa XI de Agosto vence as eleições na OAB do Paraná

### Cássio Telles é eleito presidente da seccional paranaense, com Marilena Winter na vice-presidência

Nesta quinta-feira, dia 22, a advocacia paranaense elegeu a chapa XI de Agosto para comandar a seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nos próximos três anos.

Mesmo sem 100% das urnas apuradas, a XI de Agosto alcançou o expressivo resultado de cerca de 65% dos votos válidos para concretizar mais uma vitória. O presidente que sucederá a José Augusto Araújo de Noronha é Cássio Telles, advogado pato-branquense, formado pela Faculdade de Direito de Curitiba em 1987 e atual presidente da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas dos Advogados. A vice-presidente será a professora de Direito Civil da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Marilena Winter, graduada, mestre e doutora pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). No interior, a porcentagem obtida foi

praticamente a mesma.

Telles considerou que a vitória nas urnas representou a importância da XI de Agosto para a advocacia, e a confiança adquirida em todos os anos em que estiveram à frente da Ordem. "A XI de Agosto ganhou pela competência e responsabilidade mostradas durante décadas de trabalho. A OAB se tornou prioridade de muitos dirigentes que passaram pela presidência e na nossa gestão não será diferente. Por mais que o nome da chapa já seja tradição, renovamos mais de 70% da comissão, e por esse e outros motivos, representamos independência, diversidade e o que ainda precisa ser apresentado aos advogados e advogadas do estado. Vencemos com propostas concretas e reais possibilidades de progredir cada dia mais. A Ordem continuará sempre junto da advocacia", ponderou. ■

### O futuro mandato da XI de Agosto

Mais de XX mil advogados votaram na chapa da situação acreditando no plano de governança oferecido pelos representantes. Cássio Telles, Marilena Winter, Rodrigo Rios, Chrystianne Bortolotto, Henrique Gaede e Alexandre Salomão apresentaram um plano de ação com 11 conjunto de medidas a serem efetivados durante a gestão. Dentre esses, estão a defesa das prerrogativas, a valorização financeira da advocacia, o apoio aos iniciantes, a qualidade de vida de advogados e advogadas e as ações da OAB para benefício de toda a sociedade paranaense. ■

23 NOV 2018

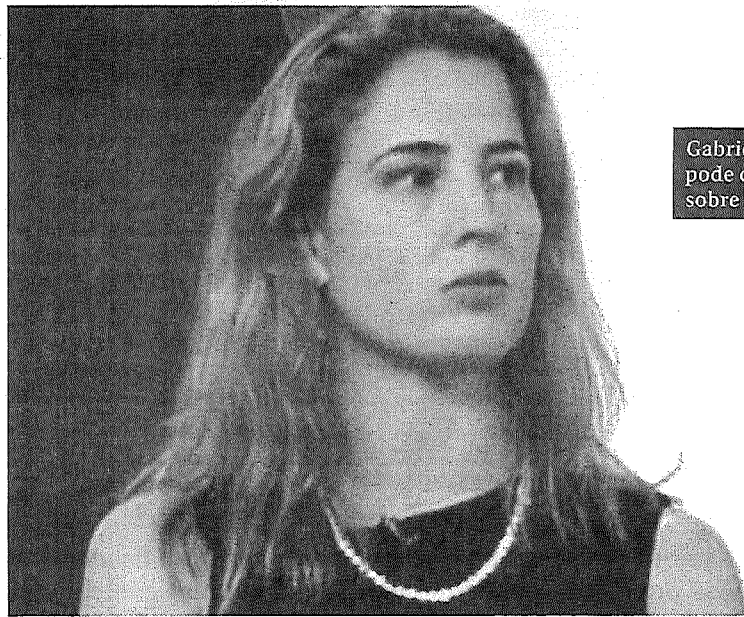
JORNAL DO ÔNIBUS

# Substituta de Moro deve continuar na Lava Jato

## Novo titular da 13ª Vara será indicado pelo TRF4

A juíza Gabriela Hardt, de 42 anos, que substituiu interinamente Sergio Moro na 13ª Vara de Curitiba e herdou os processos da Operação Lava Jato, deve continuar à frente dos trabalhos até o final de abril. A informação consta em despacho assinado pela juíza e publicado na noite de quarta (21) na ação penal sobre o sítio em Atibaia (SP), no qual o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é um dos réus.

No despacho, a juíza transcreveu comunicado do corregedor Ricardo Teixeira do Valle, do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) que a define como substituta de Moro no processo -sua designação era questionada pelo ex-presidente e sua defesa.



Gabriela Hardt ainda pode dar a sem tença sobre Sítio de Atibaia

“Não há necessidade de oficiar à Egrégia Corregedoria, pois esta magistrada foi designada para responder pela titularidade plena da 13ª

Vara Federal de Curitiba no período de 19/11/218 a 30/04/2019, segundo comunicação recebida no dia 19/11/2018 na caixa de correio eletrônico

desta unidade, sendo portanto a responsável pela tramitação dos feitos relacionados à Operação Lava Jato até 30/04/2019 ou até ulterior designação”.

## Dallagnol diz que Moro “fará falta” na Lava Jato



Arquivo/Agência Brasil

O procurador da República Deltan Dallagnol (foto) afirmou ontem que o juiz Sérgio Moro vai assumir o Ministério da Justiça no governo do presidente eleito Jair Bolsonaro com uma agenda voltada para “reformas estruturais, para promover avanços”. Um dos coordenadores da Lava Jato, o procurador disse que Moro vai fazer falta na operação.

“Quando eu olho para esse movimento que ele

[Moro] fez, é claro que existe uma perda para a Lava Jato. É inegável. Agora, o ganho para a causa anticorrupção é muito maior porque, em Curitiba, o juiz Sérgio Moro estava lutando contra as engrenagens de um sistema que estavam ajustadas para não funcionar contra os poderosos. Agora, o que ele vai fazer em Brasília é mudar essas engrenagens”, afirmou Dallagnol.

23 NOV 2018

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Ratinho Júnior anuncia nova procuradora-geral

O governador eleito Ratinho Junior anunciou ontem que a procuradora Leticia Ferreira da Silva vai assumir a Procuradoria-Geral do Estado a partir de janeiro. Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Londrina, Leticia iniciou sua carreira em 1996. Segundo Ratinho Junior, o nome de Leticia Ferreira foi uma escolha técnica.

“Sua trajetória curricular, sua carreira como procuradora com mais de 20 anos dedicados ao serviço público credenciam seu nome para assumir essa importante função. Além disso, tem um currículo exemplar com formação em uma das melhores universidades do país, a nossa UEL. Ela vem nos ajudar com sua capacidade técnica a realizar um governo ino-



Leticia Ferreira foi Procuradora-Chefe na em Jacarezinho

vador, moderno e a implantar políticas públicas que melhorem a vida dos cidadãos”, disse.

Para a nova procuradora-geral, o convite do governador eleito é uma honra. “Especialmente pela oportunidade de participar de uma nova gestão com foco na eficiência administrativa e na viabilização de políticas públicas que vão beneficiar a todos os paranaenses”, afirmou. ■



23 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

# Moro integra nome da Receita na transição

O auditor fiscal Roberto Leonel de Oliveira Lima chefia área que atua na Lava Jato

Além de delegados da Polícia Federal, o futuro ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, trouxe para a equipe de transição de governo em Brasília o auditor fiscal Roberto Leonel de Oliveira Lima, chefe da área de investigação da Receita Federal em Curitiba e cérebro do órgão na atuação na Operação Lava Jato.

Há 33 anos na Receita, Leonel tem a confiança de Moro e entrou na equipe de transição na terça-feira. Já haviam atuado paralelamente no caso Banestado. O auditor comanda o Escritório de Pesquisa e Investigação (Espei) da 9.ª Região Fiscal, sediada em Curitiba, base da Lava Jato. A área de Inteligência da Receita, chefiada por ele, é responsável pelo levantamento técnico-contábil da operação, que revelou desvios de mais de R\$ 40 bilhões na Petrobrás.

A Receita forma, com a PF e o Ministério Público Federal, o tripé da força-tarefa da Lava Jato, cujo modelo Moro quer replicar pelo País no combate à corrupção e ao crime organizado.

Leonel é mais um nome da Lava Jato que deve fazer parte do time que o futuro ministro está montando para 2019, em função ainda não definida. Pela ex-

periência que tem no rastreamento de dinheiro, uma das possibilidades é que ele vá para o Conselho de Controle de Atividade Financeira (Coaf).

Embora o presidente do Coaf seja nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro da Fazenda, o novo governo estuda deixar com que o órgão passe para a zona de influência do Ministério da Justiça. Moro disse, em reunião há duas semanas no Ministério da Segurança Pública, que o deslocamento para a Justiça é fundamental e poderia conferir ao órgão uma importância muito maior do que ela tem hoje na Fazenda, por estar mais relacionado à área de investigação.

Mesmo se não for no Coaf, Leonel é um nome com que Moro quer contar. Uma alternativa seria atuar no próprio ministério.

**Equipe.** Até agora, os únicos nomes confirmados por Moro para o futuro governo são os de Maurício Valeixo, indicado como futuro diretor-geral da Polícia Federal, e Érika Marena, escolhida para chefiar o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI).

## Juíza fica na Lava Jato ao menos até o dia 30 de abril

● A juíza Gabriela Hardt, que herdou os processos da Operação Lava Jato do ex-juiz federal Sérgio Moro, informou ontem que ficará no comando da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba até o dia 30 de abril de 2019. A magistrada respondeu a uma manifestação da defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nos autos da ação penal do sítio de Atibaia (SP), em que o petista é réu por suposta corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Lula questionava quem seria o seu julgador após a ida de Moro para o comando do Ministério da Justiça e Segurança Pública do governo de Jair Bolsonaro.

Assim, Gabriela deverá ser a juíza responsável por sentenciar o ex-presidente no caso do sítio de Atibaia. O Ministério Público Federal terá entre os dias 30 de novembro e 10 de dezembro para apresentar seus argumentos derradeiros. Lula e os outros réus terão dez dias, entre 13 de dezembro e 7 de janeiro, considerando o recesso forense (de 20 de dezembro a 6 de janeiro) para apresentar as alegações finais na ação. / JULIA ÁFFONSO

O futuro ministro admitiu que há alta probabilidade do general Santos Cruz ser escolhido para a Secretaria Nacional de Segurança Pública, mas ainda não confirmou o nome. / BRENO PIRES e RICARDO BRANDT

23 NOV 2018

# FOLHA DE S. PAULO

## Juíza substituta de Sergio Moro deve seguir à frente da Lava Jato até abril

Informação consta em despacho no processo do sítio em Atibaia, que envolve o ex-presidente Lula

SÃO PAULO A juíza Gabriela Hardt, 42, que substituiu interinamente Sergio Moro na 13ª Vara de Curitiba e herdou os processos da Operação Lava Jato, deve continuar à frente dos trabalhos até o final de abril.

A informação consta em despacho assinado pela juíza e publicado na noite de quarta (21) na ação penal sobre o sítio em Atibaia (SP), no qual o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é um dos réus.

No despacho, a juíza transcreveu comunicado do corregedor Ricardo Teixeira do Valle, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que a define como substituta de Moro no processo — sua designação era questionada pelo ex-presidente e sua defesa.

“Esta magistrada foi designada para responder pela titularidade plena da 13ª Vara Federal de Curitiba no período de 19/11 a 30/04/2019, segundo comunicação recebida no dia 19/11/2018 na caixa de correio eletrônico desta unidade, sendo portanto a responsável pela tramitação dos feitos relacionados à Operação Lava Jato até 30/04/2019 ou até ulterior designação.”

Com isso, aumentam as chances de ela ser a responsável por sentenças de dois processos em que Lula é réu. No caso do sítio, ele é acusado de ter sido beneficiado com reformas de R\$ 1,02 milhão das empreiteiras Odebrecht e OAS em imóvel que frequentava no interior paulista.

No mesmo documento, Hardt estabelece os prazos para as alegações finais das partes envolvidas nessa ação. A defesa de Lula tem até 7 de janeiro para encaminhar essa manifestação, que costuma ser a última antes da divulgação da sentença.

No despacho desta quarta, a juíza também rebateu questionamento feito pelo ex-presidente durante seu depoimento à Justiça Federal, no último dia 14. Ele afirmou na ocasião que o doleiro Alberto Youssef, que colaborou nos casos Banestado e na Lava Jato, era amigo de Moro, levando a uma discussão com Hardt.

“A menção feita no interrogatório de Luiz Inácio Lula da Silva à pessoa de Alberto Youssef em nada tem relação com o objeto dos autos, momento no qual fez inclusive falsas afirmações. Toda a narrativa efetuada passa pelo ponto em

que busca o reconhecimento da suspeição do magistrado que me antecedeu no feito, sendo certo que esta já foi afastada em diversas oportunidades, por diversas cortes do país”, escreveu.

Além do caso do sítio, Lula é réu em ação em que é acusado de ser beneficiado com um terreno para o Instituto Lula.

23 NOV 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### Luta anticorrupção terá ganho com Moro na Justiça, diz Deltan

SÃO PAULO A luta contra a corrupção nunca teve um cenário tão propício no Brasil quanto agora, disse o procurador da

República Deltan Dallagnol em debate em São Paulo nesta quinta-feira (22).

Coordenador da força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal do Paraná, Dallagnol considera que sobretudo a nomeação de Sergio Moro como ministro da Justiça garanta esse momento positivo.

“Moro vai fazer extrema falta na Lava Jato, mas temos uma equipe grande, o trabalho vai seguir. E, com Moro como ministro, o ganho para a causa anticorrupção será maior. Ele terá grandes chances de breçar as engrenagens da corrupção sistêmica no ambiente macro.”

Dallagnol citou que também são sinais de esperança para o país a renovação recorde no Congresso e o apoio que o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), manifestou em relação ao projeto de lei popularmente conhecido como 10 Medidas contra a Corrupção.

Ele foi um dos convidados do seminário “Brasil, um passo à frente”, da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi).

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

## CADEIRA ESCOLAR

O STF (Supremo Tribunal Federal) deve adiar o julgamento da constitucionalidade de leis que tentam implantar a Escola Sem Partido em cidades e estados do país. Ele estava previsto para a quarta (28).

**RELÓGIO** A análise do indulto para presos concedido por Michel Temer em 2017 acabou não sendo encerrada na quarta (21) e deve voltar à pauta na próxima semana. O atraso deve cancelar a votação da Escola Sem Partido.

**DEDO-DURO** A tendência da corte é derrubar as tentativas de implantação das regras nas salas de aula. Nas liminares que concedeu suspendendo as leis, o ministro Luís Roberto Barroso já disse que elas têm “o propósito de constranger e de perseguir aqueles [professores] que eventualmente sustentem visões que se afastam do padrão dominante”.

**PRESSÃO MÁXIMA** A pressão sobre o STF, no entanto, tem sido intensa. Magistrados foram procurados nesta semana para que suspendam o julgamento da questão por prazo indeterminado.

**REZA BRAVA** O tema virou ponto de honra para o presidente Jair Bolsonaro e parlamentares que o apoiam — em especial os evangélicos.

**POR FAVOR** Ministros já foram procurados por mensageiros da deputada federal eleita Bia Kicis (PRP-DF), por exemplo, que apelavam pela suspensão da votação.

**SAI FORA** A parlamentar não é exatamente bem vista na corte: é dela a ideia de antecipar a aposentadoria de ministros do tribunal para que Bolsonaro possa indicar um número maior de magistrados durante seu governo.

23 NOV 2018

23 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

# Delegacia que foi extinta iria investigar governador de PE

Paulo Câmara (PSB) é alvo de apuração sobre obra de arena da Copa de 2014

João Valadares

RECIFE O ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Mauro Campbell determinou que o inquérito que investiga o governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), e o prefeito do Recife, Geraldo Júlio (PSB), por supostas fraudes e superfaturamento na construção da Arena Pernambuco seja remetido para a Justiça estadual.

Na decisão, proferida no dia 12, o magistrado ordena que os autos sejam encaminhados à Vara de Crimes contra a Administração Pública e Ordem Tributária do Recife.

As novas diligências, a exemplo de casos anteriores, ordinariamente deveriam ser realizadas pela Decasp (Delegacia de Crimes contra a Administração e Serviços Públicos). Mas o órgão, da Polícia Civil de Pernambuco, foi extinto pela Assembleia Legislativa no início do mês, a partir de projeto de lei que tramitou em regime de urgência, enviado por Paulo Câmara.

A Polícia Federal informou que, como o inquérito foi remetido para a Justiça de Pernambuco, novas investigações devem ser conduzidas pela Polícia Civil.

A delegada Patrícia Domingos, que investigava sete deputados, um vereador e empresários ligados ao PSB, havia sido removida para o

Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa.

Ela tinha retornado à Decasp na última segunda (19), após liminar da Justiça que ordenou a retomada dos trabalhos por 45 dias para que as investigações em andamento fossem concluídas.

No entanto, nesta quarta-feira (21), o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Adalberto de Oliveira Melo, acolheu pedido do governo e derrubou a decisão.

A lei que extinguiu a Decasp e criou o Departamento de Combate ao Crime Organizado (Draco) foi aprovada no dia 31 de outubro por 30 votos a 6.

A Polícia Civil diz que, com a lei aprovada, haverá fortalecimento nas investigações. Ao contrário do posicionamento de várias entidades, incluindo OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a Associação dos Delegados de Polícia de Pernambuco, o governo assegura que a mudança vai reforçar investigações de corrupção e que caso em andamento será encerrado.

Além de Paulo Câmara e Geraldo Júlio, são investigados no mesmo procedimento o senador Fernando Bezerra

Coelho (MDB) e o deputado federal Tadeu Alencar (PSB).

A Operação Fair Play da PF apontou, em 2015, superfaturamento de R\$ 42,8 milhões na construção pela Odebrecht do estádio usado na Copa do Mundo de 2014.

De acordo com o Tribunal de Contas do Estado, esse valor é ainda maior — chegaria a R\$ 70 milhões. As investigações indicam suspeitas de recebimento de propina para financiamento de campanhas.

Os investigados integravam o Comitê Gestor de Parcerias Público-Privadas de Pernambuco na gestão do ex-governador Eduardo Campos, morto em acidente aéreo em 2014.

A remessa dos autos para Pernambuco é consequência da decisão do Supremo Tribunal Federal que, em maio, determinou que o foro especial se aplica apenas a crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas.

Por meio da Secretaria de Imprensa, o Governo de Pernambuco disse que não vai se pronunciar sobre a mudança.

CONTINUA

**23 NOV 2018**

# **FOLHA DE S. PAULO**

## **CONTINUAÇÃO**

Após as investigações da PF, Paulo Câmara, Geraldo Júlio e Tadeu Alencar assinaram nota conjunta afirmando que a licitação da arena, em 2009, observou os prazos e exigências da lei. Fernando Bezerra Coelho também nega qualquer tipo de irregularidade.

23 NOV 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### **Jurista Joaquim Falcão toma posse na ABL nesta sexta**

SÃO PAULO Eleito em abril, o jurista Joaquim Falcão toma posse na ABL (Academia Brasileira de Letras) nesta sexta (23), às 21h, no Rio de Janeiro. Ele será o titular da cadeira n° 3, antes ocupada por Carlos Heitor Cony, ex-colunista da Folha, morto em janeiro. Mestre em direito por Harvard e doutor em educação pela Universidade de Genebra, Falcão é professor universitário e autor de livros como "Reforma Eleitoral no Brasil" (2015).

23 NOV 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### Participantes da morte de Marielle foram identificados, diz general

RIO DE JANEIRO O secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, general Richard Nunes, afirmou que a Polícia Civil já identificou alguns participantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL), morta a tiros no centro do Rio em 14 de março.

Passados oito meses, o crime ainda não foi esclarecido. Segundo Nunes, a polícia ainda não fez nenhuma prisão porque acredita que se pelo menos um dos envolvidos for preso, é possível que os outros escapem. Por isso, trabalha para capturá-los todos de uma vez.

O objetivo é levar o inquérito à Justiça com um conjunto de evidências que dificulte que os acusados escapem de uma condenação no tribunal do júri, explicou Nunes. O secretário afirmou que pretende entregar o caso solucionado ao final da intervenção federal, em 31 de dezembro.

“Não podemos ser precipitados. No momento que prende um [suspeito], não prende os demais. Alguns participantes nós temos. Temos que criar uma narrativa consistente com provas cabais que não sejam contestadas em juízo”, disse Nunes à Globonews nesta quinta-feira (22).

“Seria um fracasso que a sociedade não observasse essas pessoas como criminosas e elas não fossem condenadas no tribunal do júri”, completou.

Nunes confirmou também a suspeita de que grupos milicianos estariam envolvidos no crime. Marielle militava pelos direitos humanos e, principalmente, pelo direito das pessoas negras e de favela.

O secretário disse que é certo de que grupos milicianos tiveram alguma participação. Ele não sabe ainda se eles atuaram como mandantes ou somente executores. Nunes disse ainda que “provavelmente” há políticos envolvidos na morte da vereadora.

“Não é um crime de ódio. É um crime que tem a ver com a atuação política e a contrariedade de alguns interesses”, afirmou.

**RENATO TERRA**

contador

Estamos trabalhando há 254 dias sem saber quem matou —e quem mandou matar— Marielle Franco.



# FOLHA DE S. PAULO

**Folha é eleita  
Mídia do Ano  
por sua luta  
pela liberdade  
de expressão**

**23 NOV 2018**

SÃO PAULO A Folha foi escolhida como Mídia do Ano de 2018, na categoria jornal, pela Aberje (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial).

A entidade, que é presidida por Paulo Nassar, professor titular da Escola de Comunicações e Artes da USP, diz que a escolha do veículo se deve à sua "luta em defesa da liberdade de imprensa e de expressão".

"Mesmo quando ameaçada por políticos influentes, não se curvou e seguiu firme na missão de informar seus fiéis leitores", afirma a Aberje, na justificativa da premiação.

Acrescenta que, "alvo de duros ataques durante a campanha, a Folha manteve ao longo de 2018 o compromisso de fazer uma cobertura independente e plural, investindo em processos e protocolos que servem de base para um bom jornalismo, como seu tradicional 'Manual da Redação', hoje uma referência no Brasil".

Por outro lado, "não hesitou em fazer movimentos ousados, até então inimagináveis para um grande veículo de comunicação, como deixar de publicar notícias em sua página no Facebook".

Esta é a oitava vez que a Folha vence o prêmio desde 2007. A cerimônia de entrega será na próxima segunda (26), às 19h, na Casa Bisutti (r. Casa do Ator, 577), em São Paulo.

Criada em 1967, a Aberje é, em sua própria definição, uma "associação profissional e acadêmica sem fins lucrativos, que contribui para o desenvolvimento econômico e social por meio da comunicação empresarial, posicionando-se como think tank do segmento".

# BEMPARANÁ

Divulgação OAB-PR

XI DE AGOSTO



23 NOV 2018

Chapa XI de Agosto comemora vitória na eleição de ontem

**Em eleição ontem,  
Cássio Telles é escolhido  
presidente da OAB-PR**

**Cássio Telles ganha  
eleição para presidente  
da OAB Paraná**

A chapa XI de Agosto, encabeçada pelo advogado Cássio Telles, sai vitoriosa na disputa para a diretoria e conselho seccional da OAB Paraná. O resultado oficial será proclamado pela Comissão Eleitoral da Seccional, hoje. Até às 19h45, a chapa XI de Agosto contava com 68% dos votos válidos, contra 32% da chapa Algo Novo na OAB, do advogado Manuel Caetano Ferreira Filho. A eleição teve o uso de urnas eletrônicas cedidas pelo Tribunal Eleitoral Regional (TRE).

De acordo com o presidente eleito, a advocacia pode esperar a defesa intransigente das prerrogativas profissionais, que será o eixo central da próxima gestão. “Este lema que elegemos, de mais dignidade e respeito à advocacia, é aquilo que pretendo realizar nos próximos três anos. No projeto Caravana Prerrogativas aprendi a como levar a Ordem para perto do advogado e como ele precisa da instituição onde ele está: nas pequenas comarcas, nos fóruns, nas repartições públicas em geral. O que queremos é mais respeito”, disse Telles.

“Vamos cumprir todas as promessas que fizemos. Temos uma pauta extensa de projetos e a advocacia pode esperar o nosso compromisso com a defesa das prerrogativas, a inclusão que tanto pregamos e tanto estimamos. Queremos levar adiante todos os projetos já iniciados e construir novos projetos”, frisou a vice-presidente eleita Marilena Winter.

A eleição tinha mais de 50 mil advogados aptos ao voto, em 91 locais de votação em todo o Paraná. Em Curitiba a votação se concentrou no pavilhão do Parque Barigui.

23 NOV 2018

# BEMPARANÁ

## Justiça suspende pedágio

O juiz federal Rogerio Cangussu Dantas Cachichi, da 1ª Vara Federal de Jacarezinho, no Norte do Paraná, concedeu ontem pedido de liminar para bloquear R\$ 1 bilhão de empresas do grupo Triunfo, responsável pela concessionária de rodovias Econorte, que atua no Norte Pioneiro do Paraná. A liminar foi pedida pelo Ministério Público Federal (MPF) e determina imediata desinstalação da praça de pedágio da Econorte em Jacarezinho. As empresas do grupo são suspeitas de corrupção em esquema investigado pelas operações Integração I e II, fases 48 e 55 da Operação Lava Jato.

Com base em indícios de que houve pagamento de propina e irregularidades em aditivos contratuais, que aumentaram o preço da tarifa até chegar ao maior valor praticado no Estado, a praça de pedágio de Jacarezinho é alvo de contenda judicial desde os anos 2000.

Em nota, a Concessionária disse que ainda não foi intimada.